

Ebrasil
Energia Ltda.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Ebrasil Energia Ltda.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ebrasil Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ebrasil Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Ebrasil Energia Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	108	30	Fornecedores		1	6
Tributos e contribuições a recuperar	8	356	355	Tributos e contribuições sociais		15	2
Mútuos concedidos a partes relacionadas	9.b	-	10.934				
Total do circulante		464	11.319	Total do circulante		16	8
Não circulante				Não circulante			
Mútuos concedidos a partes relacionadas	9.b	13.414	1.702	Provisão para perdas em investimentos	10.c	232	209
Investimentos	10	495.586	670.006	Empréstimos de mútuos com partes relacionadas	9.b	2.655	2.655
Total do não circulante		509.000	671.708	Total do não circulante		2.887	2.864
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		509.464	683.027	Capital social	11	893.200	100.100
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	792.884
				Prejuízos acumulados		(386.639)	(212.829)
				Total do patrimônio líquido		506.561	680.155
				Total do passivo e patrimônio líquido		509.464	683.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ebrasil Energia Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas (Despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	10	(174.443)	(174.007)
Gerais e administrativas		<u>(93)</u>	<u>(788)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras líquidas		(174.536)	(174.795)
Receitas financeiras		762	116
Despesas financeiras		<u>(36)</u>	<u>(7)</u>
Receitas financeiras, líquidas	12	726	109
Prejuízo do exercício		<u>(173.810)</u>	<u>(174.686)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ebrasil Energia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Prejuízo do exercício		(173.810)	(174.686)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>(173.810)</u>	<u>(174.686)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ebrasil Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		100.100	780.214	(38.143)	842.171
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	12.670	-	12.670
Prejuízo do exercício		-	-	(174.686)	(174.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		100.100	792.884	(212.829)	680.155
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	216	-	216
Integralização de AFAC	11	793.100	(793.100)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(173.810)	(173.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		893.200	-	(386.639)	506.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ebrasil Energia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(173.810)	(174.686)
Ajustes por:			
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	9.b	(760)	(116)
Equivalência patrimonial	10	174.443	174.007
		(127)	(795)
Variações patrimoniais			
(Aumento) redução nos ativos			
Tributos e contribuições a recuperar		(1)	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas		(18)	(29)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(5)	(27)
Tributos e contribuições sociais		13	-
		(138)	(851)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(138)	(851)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	9	-	(10.400)
Aporte de capital em investimentos	10	-	(1.400)
		-	(11.800)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		-	(11.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	216	12.670
		216	12.670
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		216	12.670
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		78	19
Caixa e equivalentes em 1º de janeiro		30	11
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro		108	30
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		78	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ebrasil Energia Ltda. (“EBE” ou “Empresa”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco, constituída em 27 de novembro de 2009, com o objeto social referente a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação mediante Despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009 e participação em outras sociedades não financeiras.

1.1 Impacto decorrente do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Coronavírus (“COVID 19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A Empresa tem o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19. A Empresa trabalha para ser parte da solução e garantir a preparação frente a este desafio, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade.

A Administração monitora de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, caso necessário. Até o momento, as operações da Empresa não foram impactadas pelo surto do coronavírus.

De forma geral, a Empresa empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

1.2 Relação de entidades investidas

	País	Participação acionária %	
		2021	2020
Investidas diretas			
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (Holding)	Brasil	50%	50%
CEBARRA – Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A.	Brasil	25%	25%
Investida indireta			
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	Brasil	50%	50%

a. **CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (Holding pura)**

A CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. é uma Sociedade anônima de capital fechado, sendo uma holding pura domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

Em 16 de março de 2018, foram aportados na CELSEPAR os investimentos correspondente a participação na sociedade da CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A., cuja posição em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Controlada	% de participação no capital social
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	100%

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

A CELSE tem por objeto: (i) a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

Em 16 de março de 2018, por meio de ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o capital da CELSE passou a ser composto de 100% da acionista CELSEPAR, que por sua vez é controlada em conjunto pela Ebrasil Energia Ltda. - EBE (50%) e pela Golar Power Brasil Participações S.A. (50%). Assim, foram transferidas 392.000.500 ações que, até então a EBE era detentora, para a CELSEPAR. Adicionalmente, a Golar Power Brasil Participações S.A. transferiu a mesma quantia para a CELSEPAR. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da CELSE é de R\$ 2.271.034 composto por 2.271.033.800 ações.

A data de emissão da Declaração de Operação Comercial (DOC) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi no dia 20 de março de 2020, com início da operação comercial a partir de 21 de março de 2020.

Aquisição de Energia para atendimento do início do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCCEAR) na investida indireta CELSE

Devido ao atraso no início da Operação Comercial da UTE Porto de Sergipe I (Celse), e a fim de cumprir com suas obrigações contratuais e regulatórias, a CELSE registrou na Câmara de Comércio de Energia Elétrica – CCEE, com antecedência de 6 meses, contratos de energia para recomposição de lastro no montante de 867 MW com objetivo de cumprir com suas obrigações contratuais e regulatórias.

Dessa forma e atendendo aos critérios da Resolução ANEEL 595/2013 que estabelece critérios para contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, a CELSE celebrou contratos de compra de Energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (“EPESA”), parte relacionada, e em janeiro, fevereiro e março de 2020, a CELSE recorreu a estes contratos.

Em 24 de janeiro de 2020, foi liberado Linha de Contingência Standby Facility emitida pela GE Capital para custos excedentes do Projeto desenvolvido pela investida indireta Celse no valor de 90 milhões de dólares. Em julho de 2021, a Celsepar contratou junto ao Banco Bradesco uma linha de Capital de Giro de até R\$ 837.075 (USD 150,000) para cobrir eventuais descasamentos de caixa nas compras de cargas de gás natural para a geração de energia da UTE. Em setembro de 2021, considerando os novos cenários de despacho da UTE e a necessidade de cargas de gás adicionais, a investida e o Banco Bradesco celebraram um aditivo ao contrato da linha de Capital de Giro, aumentando o limite de crédito disponível de USD de R\$ 837.075 (USD 150.000) para R\$ 1.116.100 (USD 200.000).

b. CEBARRA

A CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 01 de setembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Sociedade, é na Rua Valdemar Dantas, no.100, Aracaju, Sergipe.

A CEBARRA tem por objeto: (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Empresa também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência

Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria 31 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 10 – Investimentos: determinação se a EBE detém controle, influência significativa ou não, sobre uma investida para fins de consolidação.

(b) Incerteza sobre premissas e estimativas

A Administração não identificou informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(i) Mensuração do valor justo

Algumas políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 14 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Empresa controle compartilhado da entidade e dá ao Empresa direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

b. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras ganhos em aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com manutenção de conta corrente da Empresa.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado “pro rata” dia com base no método dos juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

f. Capital social

As quotas são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares das quotas e cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais.

g. Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Empresa é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Contrato Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

h. Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, por não ter expectativa das seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	100	30
Aplicações financeiras	8	-
	<u>108</u>	<u>30</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez.

8 Tributos a recuperar

	2021	2020
IRPJ e CSLL a recuperar	193	193
PIS e COFINS	17	17
Outros	146	145
	<u>356</u>	<u>355</u>

9 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A Empresa tem como controladora a Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL e como controlador final a holding DC Energia e Participações S.A.

DC Energia e Participações S.A.

A DC Energia e Participações S.A. é uma sociedade familiar com investimentos atuantes no setor de geração de energia térmica, através da Sociedade Holding Operacional do setor de energia Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL, conforme o objeto social: (a) participação em outras sociedades como quotista ou acionista; (b) a gestão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, especialmente relacionados com a produção de energia elétrica por quaisquer fontes; (c) a administração e locação de bens móveis e imóveis próprios e (d) a assessoria administrativa na logística de empreendimentos de quaisquer ramos.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

A Eletricidade do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife-PE, constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos.

b. Transações com partes relacionadas (Balanço)

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>	
	2021	2020	2021	2020
Eletricidade do Brasil S.A. (i)	232	232	953	953
Cebarra (ii)	34	34	232	209
Dionon Lustosa Cantareli (i)	-	-	1.702	1.702
GPower Participações (i)	1.702	1.702	-	-
Novos negócios (iii)	170	152	-	-
Celsepar (iv)	11.276	10.516	-	-
	<u>13.414</u>	<u>12.636</u>	<u>2.887</u>	<u>2.864</u>
Circulante	-	10.934	-	-
Não circulante	13.414	1.702	2.887	2.864

- (i) Operações realizadas para capital de giro e aquisição de terreno da controlada em conjunto CELSE.
- (ii) Operação de pagamento de despesas de abertura de empresa, a ser reembolsada.
- (iii) Despesas pagas referentes a projetos de novos negócios da Empresa.
- (iv) Refere-se a operação de crédito realizada entre as partes no exercício de 2020 por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Companhia à parte relacionada Celsepar. O valor do principal foi de R\$ 10.400 e tem incidência de juros à taxa de 125% do CDI. A movimentação do mútuo está demonstrado abaixo:

	Movimentação
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas	10.400
Encargos	<u>116</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.516
Encargos	760
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.276

c. Transações com partes relacionadas (Resultado)

	Receita financeira	
	2021	2020
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	760	116

10 Investimentos

a. Composição da conta

	2021	2020
Participação em Sociedade		
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	495.586	670.006
	495.586	670.006

b. Informações sobre as investidas

	CELSEPAR		CEBARRA (i)	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante	1.032	12.799	10	9
Ativo não circulante	1.849.882	2.032.728	-	-
Passivo circulante	516.081	276.971	938	846
Passivo não circulante	337.600	428.544	-	-
Patrimônio líquido	997.233	1.340.012	(928)	(697)
Resultado do exercício	(348.839)	(347.944)	(92)	(139)
Percentual de participação:	50%	50%	25%	25%
Resultado da equivalência patrimonial	(174.420)	(173.972)	(23)	(35)
Saldos dos investimentos	495.586	670.006	-	-
Provisão para perdas em investimentos (i)	-	-	(232)	(209)

- (i) Em 2021 e 2020, a CEBARRA apresentou patrimônio líquido negativo. A EBE possui apenas 25% de participação e não controla o negócio, não há saldo de investimento a ser apresentado, considerando que a participação da Empresa nos prejuízos dos períodos da coligada excedem o saldo contábil de sua participação na investida, a EBE reconhece a sua participação em perdas futuras no passivo. Em 31 de dezembro de 2021 o valor de provisão para perdas com o investimento é no montante de R\$ 232 (R\$ 209 em 2020).

c. Movimentação dos investimentos

	Celsepar		Cebarra		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	670.006	842.578	(209)	(174)	669.797	842.404
Aumento de capital	-	1.400	-	-	-	1.400
Equivalência patrimonial	(174.420)	(173.972)	(23)	(35)	(174.444)	(174.007)
Saldo final em 31 de dezembro	495.586	670.006	(232)	(209)	495.354	669.797
Classificado como Investimentos	495.586	670.006	-	-	495.586	670.006
Classificado como Provisão para perdas em investimentos	-	-	(232)	(209)	(232)	(209)

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social subscrito e integralizado era representado por 100.100 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

	Capital social		
	2021	2020	%
Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL	799.414	90.090	89,50%
Cantarelli Administração e Participações Ltda.	93.786	10.010	10,50%
	893.200	100.100	100%

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2020, a Empresa teve recursos aportados por sócio para fins de futuro aumento de capital no montante de R\$ 12.670 (2019: R\$ 195.332), a Administração considera que há previsão de capitalização, de forma irrevogável e irrevogável até o final de 2021.

Em 2021, a partir da 5ª alteração e consolidação do contrato social, a Empresa capitalizou o montante de R\$ 793.100 de recursos aportados como AFAC, perfazendo o total de R\$ 893.200 em 2021 de capital social.

12 Receitas financeiras, líquidas

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre contrato de mútuo	760	116
Juros sobre aplicações financeiras	3	-
	762	116
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receita financeira	(35)	(5)
Juros moratórios	(1)	(1)
	(36)	(7)

Resultado financeiro, líquido

726

109

13 Provisão para contingências

Nos exercícios de 2021 e 2020, com base no relatório de seus assessores jurídicos, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais, cíveis, trabalhistas ou tributárias contra a Empresa. Consequentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída ou divulgada nessas demonstrações financeiras.

14 Instrumentos financeiros

A Empresa revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Bancos e aplicações - são classificados como caixa e equivalentes de caixa.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado.

Esta nota explica a exposição da Empresa a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumento financeiro	Categoria	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao custo amortizado	108	108	30	30
Partes relacionadas – Mútuos	Mensurado ao custo amortizado	13.414	13.414	12.636	12.636
Passivos financeiros (i)					
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	1	1	6	6
Partes relacionadas - mútuos	Mensurado ao custo amortizado	2.655	2.655	2.655	2.655

- (i) Outras contas a pagar que não sejam passivos financeiros não foram incluídas.

A Administração da Empresa não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações e na investida CELSEPAR com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

As operações da Empresa e sua investida CELSEPAR que estão sujeitas a fatores de risco são como segue:

c. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. Devido a característica da Empresa de não ter operação, a Administração entende que não existe um risco de crédito associado.

d. Risco de liquidez

Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Empresa possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazos, bem como monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

e. Risco taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. A Empresa não possui instrumentos de dívida de empréstimos e financiamentos, e por isso a Administração entende que não possui esse risco associado.

15 Compromissos assumidos

Como obrigação reflexa dos compromissos assumidos pela controlada em conjunto, a Empresa possui 50% de responsabilidade nos compromissos relativos ao projeto de sua controlada em conjunto CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

Os compromissos da controlada CELSE relativos aos contratos de longo prazo para operação e manutenção da usina, em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

Obrigações Contratuais em 31 de dezembro de 2021	Prazo do contrato	Menos que 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total (24 anos)
Contrato de compra de energia (a)						
Receita fixa	25 anos	1.867.613	3.735.225	3.735.225	33.617.025	42.955.088
Receita variável (*)	25 anos	2.452.916	4.905.831	4.905.831	44.152.481	56.417.060
Contrato de compra de gás (*) (b)	25 anos	2.238.378	4.476.755	4.476.755	40.290.799	51.482.687
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da planta (*) (c)	25 anos	91.082	182.164	182.164	1.639.476	2.094.886
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do navio (d)	25 anos	43.611	87.222	87.222	784.998	1.003.053

(*) Considerando o despacho da usina em 50% de sua capacidade por ano

Existe um compromisso do Contrato de Compra de Energia Regulada entre a CELSE e vinte e seis contratos com distribuidores de energia, por um período de 25 anos, sem volume e preço bloqueados antecipadamente. Além disso, o contrato também prevê a efetiva entrega de energia elétrica às distribuidoras, caso ocorram solicitações de entrega física, a quantidade de energia a ser entregue será informada pela operadora do sistema e avaliada pelo Custo Variável Unitário (CVU) da CELSE

Dessa forma, além do contrato EPC - *Engineering, Procurement and Construction* firmado com a GE – General Electric, a CELSE firmou, em novembro de 2016, um contrato de suprimento de gás com a Ocean LNG, *joint venture* formada pela Qatar Petroleum e ExxonMobil.

O suprimento contratualmente negociado será pelo prazo de até 25 anos, contados a partir da entrada em operação comercial, quando se dará a obrigação contratual de entrega de energia dentro dos CCEAR assinados no contexto do leilão A-5/2015. O valor total do contrato é estimado em R\$ 94.814.354 (US\$ 16.990.297, assumindo um preço Brent de US\$ 81,44 e uma taxa de câmbio de R\$ 5,5805/US\$).

Em dezembro de 2016, a CELSE firmou com a GE Power Services um contrato de prestação de serviços para a operação e manutenção da usina (O&M) pelo prazo de até 25 anos, contados a partir 20 de março de 2020, data do início da operação comercial da usina. O valor total aproximado dos contratos é estimado em R\$ 4.554.100 mil.

* * *

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior
Diretor Presidente

Carlos Wilson S. Ribeiro
Diretor Financeiro

Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima
Diretora de Controladoria

Mayara Peixoto Quintino Martorelli
Contadora
CRC PE-021099/O-5